

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS OU EDUCAÇÃO PARA O CONSENSO?

Juliany Serra Miranda¹

Universidade Federal do Pará- UFPA, juliany_serra@hotmail.com

Afonso Weliton Souza Nascimento²

Universidade Federal do Pará – UFPA, afonsows27@gmail.com

Resumo:

O objetivo desse trabalho é apresentar o percurso teórico metodológico que estamos traçando em nossa pesquisa de mestrado, em qual pretendemos analisar as implicações de uma política pública gestada por motivações populares após a institucionalização dela. O artigo aqui apresentado foi intitulado: “Educação do Campo e Políticas Públicas: protagonismo dos Movimentos Sociais ou Educação para o Consenso?”. Na pesquisa por meio de uma abordagem dialética buscamos compreender a partir da análise dos documentos que regulam o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e da escuta dos sujeitos envolvidos na gestão do Programa qual o papel exercido por cada um dos seguimentos na efetivação da política pública. Analisamos os manuais e decretos que regulamentam o Programa e ouvimos as três partes que compõem a coordenação de um dos cursos financiados pelo programa (Universidade, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA e representantes de movimentos Sociais do Campo). Observamos na pesquisa que os documentos apontam para uma menor participação dos movimentos sociais na gestão dos cursos financiados pelo programa, entretanto esses sujeitos não consideram que a participação deles esteja limitada na efetivação da política, uma vez que em suas falas afirmaram que implicitamente tem conseguido apresentar e inserir nos projetos dos cursos as suas concepções de educação. As conclusões prévias a que chegamos estão intimamente relacionadas ao método por nós escolhido, uma vez que sem a análise histórica do processo de construção da política pública e do diálogo entre os sujeitos envolvidos na condução da política os resultados seriam diferentes, uma vez que somente com a escuta destes sujeitos foi possível observar a real situação, oculta por detrás da legislação que regulamenta as ações do programa.

Palavras-chave: PRONERA, Educação do Campo, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Identidade.

Introdução

O presente texto é fruto de estudos teóricos e reflexões oriundas das aulas da disciplina Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar, do Programa de Pós- Graduação em Cidades Territórios e Identidades – PPGCITI e compreende uma etapa do desenvolvimento da dissertação de mestrado intitulada *EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS OU EDUCAÇÃO PARA O CONSENSO?* A reflexão que nos propomos a

¹ Autora: Prof. Mestranda em Cidades Territórios e Identidade pela Universidade Federal do Pará- UFPA- Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Movimentos Sociais.

² Orientador: Prof. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Afonso Weliton Souza Nascimento. Professor do Programa de Pós Graduação em Cidades Territórios e Identidades- PPGCITI/UFPA/CUBT.

apresentar neste diz respeito à orientação teórico-metodológica que pretendemos seguir em nossa pesquisa.

O texto está organizado em três partes, na primeira fazemos uma breve exposição do projeto de pesquisa, descrevemos nosso problema de pesquisa, o objetivo e alguns conceitos importantes que pretendemos abordar, tais como Políticas Públicas, Identidade e Protagonismo. Na segunda parte do texto apresentamos de maneira sintética os aspectos da Ciência Moderna e a Crise Epistemológica que desconstruíram os paradigmas e originaram a metodologia pós-moderna de pesquisa das ciências sociais. Na terceira parte do texto por meio da relação com o que pretendemos apresentaremos a metodologia que utilizaremos no estudo relacionando-a aos porquês que nos fizeram em optar por ela, finalizaremos com a apresentação dos procedimentos técnicos metodológicos escolhidos para atender aos nossos objetivos.

1- Contextualizando a pesquisa

Desde as últimas décadas do século passado diversas mudanças no contexto político-social brasileiro estão ocorrendo, principalmente no que diz respeito à redefinição do papel do Estado em relação às políticas públicas, tais mudanças são embasadas nos princípios da Constituição Federal Brasileira de 1988, que defende a universalização dos direitos da cidadania e descentralização das políticas públicas³, as quais eram até o início dos anos 80 centralizados na esfera federal, restando aos estados e municípios o papel de executores e a sociedade civil o de beneficiários destas.

A constituição de 1988 apresenta outras possibilidades na condução das políticas públicas, possibilitando a criação de formas inovadoras de relação entre a sociedade e o Estado, como é o caso dos conselhos gestores. A participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas passa a ser garantida em lei, entretanto o cumprimento da legislação não é fácil, a participação nas decisões públicas vem sendo conquistada ao longo dos anos por meio de luta, de enfrentamento a persistência histórica da característica privatista do Estado Brasileiro, que impede a distinção entre o público e o privado.

³ Consideramos no texto o conceito de políticas públicas extraído do dicionário de Educação do Campo, no verbete escrito por Monica Molina (2012) políticas públicas seriam a materialização promovida pelo Estado por meio de programas de direitos constitucionais.

O avanço da democratização verificado a partir dos anos 90 determinou a descentralização, que possibilitou a participação de amplos setores e propiciou condições para a formulação de políticas públicas mais participativas. Contudo nem sempre essa participação ganha caráter deliberativo, restringindo-se, por muitas vezes, apenas à instância consultiva, o que a torna mero instrumento para legitimar as ações governamentais, a respeito do assunto Medeiros e Luce (2008) afirmam,

Podemos, assim, afirmar que numa democracia os cidadãos passam a ter níveis cada vez mais elevados de participação decisória ao romperem com a divisão entre os que decidem ou planejam e os que executam e os que sofrem as consequências das decisões tomadas.

A participação de acordo com Medeiros e Luce (2008) tem que ultrapassar a linha da mera legitimação da ação do estado e primar por um papel ativo em toda a dinâmica da implantação da política pública para caracteriza-la como democrática.

“Neste contexto político-social de reivindicações dos anos 90 e da associação de democracia à participação popular, ganha força no cenário nacional a Articulação Nacional Por uma Educação do Campo” (XAVIER, 2005, p.2), composta por movimentos sociais, organizações não governamentais, representantes das universidades e de órgãos públicos. Esse movimento destaca a importância da educação como parte de um projeto de emancipação social e política que fortaleça a cultura e os valores das comunidades camponesas, vinculada ao seu projeto de desenvolvimento autossustentável. Para tanto, preconiza que essa educação seja fundamentada em princípios que valorizem os povos que vivem no campo, respeitando sua diversidade.

Após anos de enfrentamento materializado por manifestações, debates e publicações de estudos que justificam a necessidade de uma educação camponesa com especificidades no ano de 2010 e editado o Decreto/Lei 7352/2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Neste documento são explícitos no Art.2º os princípios da Educação do Campo defendidos pelo Movimento, os quais são:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades

dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Esses princípios explícitos no decreto corroboram com as ideias do Movimento, uma vez que caracterizam a Educação do Campo enquanto política pública, como direito dos povos do campo, pois apesar de a Constituição Federal de 1998 ter garantido o direito a educação formal aos povos do campo, faltava um documento que orientasse a dinâmica a ser observada pelos promotores dessa educação. A Educação do Campo com a edição do decreto deixa de ser vista numa ótica instrumental, assistencialista ou de ordenamento social e passa a ser um direito adquirido.

Nessa concepção de Educação enquanto direito o ensino que outrora se apresentava de forma restrita, ao priorizar a formação para tarefas laborais simples ou assistencialistas da filantropia, passa a ser pensado como instrumento de promoção de emancipação social e política. Em conformidade com o decreto as especificidades e identidade dos povos camponeses são os principais aspectos a serem observados na materialização das propostas formais de Educação do Campo.

Nesse trabalho optamos por considerar o conceito de identidade proposto por Manuel Castells (1999), para ele a identidade é uma construção social marcada por relações de poder. Os atores sociais constroem suas identidades influenciados por diversos fatores, dentre eles históricos, culturais e geográficos. A origem dessa construção é organizada por Manuel Castells (1999) em três formas relacionadas às suas origens: identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto.

Considerando que a proposta de pesquisa é analisar o protagonismo dos movimentos sociais do campo na materialização de uma política pública consideraremos estas três formas de construção identitária propostas por Castells (1999), pois elas nos ajudam a compreender como se dá o processo de construção identitária dos sujeitos por meio da análise dos papéis sociais que estes exercem na sociedade.

O campo é um lugar historicamente estigmatizado como lugar de atraso, e por isso a educação formal ofertada aos sujeitos do campo é por diversas vezes associada à tentativa do Estado em promover o desenvolvimento deste meio. A compreensão do que o Estado entende por desenvolvimento é um dos pontos que pretendemos observar em nossa pesquisa. Mesmo institucionalizada a Educação do Campo continua a atender aos anseios camponeses? O desenvolvimento pretendido com o acesso a educação formal estaria servindo a quem? A manutenção da organização social, por meio do reforço à construção da identidade legitimadora do

Estado ou a construção de uma identidade de resistência e de projeto que permite aos atores sociais que se encontram em situações desvalorizadas e ou /estigmatizadas construir uma identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e assim buscarem a transformação de toda a estrutura social.

As orientações do Decreto/Lei 7352/2010 e a compreensão de identidade proposta por Castells (1999) nos auxiliaram na leitura crítica dos documentos que orientam a organização e funcionamento do PRONERA. Nestes 19 anos do programa, já foram editados cinco (05) manuais orientadores das ações do PRONERA pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, a leitura dos manuais nos permite visualizar um panorama das transformações dos aspectos legais, históricos, técnicos, políticos e didáticos metodológicos ocorridos no programa ao longo destes anos.

Em uma leitura atenta dos manuais verifica-se que em relação aos níveis de ensino atendidos pelo programa houve avanços, o programa que a princípio restringia-se a Educação de Jovens e Adultos e posteriormente a formação de professores para as escolas do campo ampliou a oferta de formação para todos os níveis de educação básica e em nível de educação superior e pós-graduação para diversas áreas de conhecimento. Essa ampliação dos níveis e áreas de atendimento vem ao encontro das demandas dos povos do campo que anseiam por formação em diversas áreas.

Entretanto, no que diz respeito à formação cidadã destes cursos, ao seu propósito emancipador há questionamentos, uma vez que ao passarem a ser geridos pelo Estado podem estar sendo utilizados por esse para fortalecer as ideias hegemônicas e corroborar para a manutenção da organização social. Observa-se na leitura dos manuais que o poder deliberativo dos movimentos sociais do campo no planejamento e execução das ações tem declinado no decorrer dos anos.

Os sujeitos do campo que a princípio participavam de todas as etapas da formação, desde o levantamento das demandas até a elaboração de projetos e acompanhamento e avaliação das atividades dos cursos, atualmente só tem como função levantar as demandas para os projetos. Cruz (2015) descreve por meio de um quadro comparativo dos manuais a participação dos sujeitos na gestão do programa e demonstra neste quadro que houve uma diminuição da participação social nas instâncias deliberativas superiores do programa, uma vez que um importante órgão colegiado, o Conselho Deliberativo Nacional deixou de existir.

Neste mesmo trabalho Cruz (2015) afirma que a existência de colegiados estaduais constituídos exerceria o papel que outrora fora do Conselho Deliberativo Nacional, representaria a participação social na gestão do programa.

O estado do Pará, nestes 18 anos de PRONERA foi um dos que mais atendeu educandos pelo programa, entretanto não há no estado o colegiado estadual constituído, as demandas e os projetos para execução de cursos eram apresentados ao INCRA pelas instituições de ensino em parceria com movimentos sociais específicos. Entretanto com a edição do Acórdão 2653/2008 essa dinâmica não pode mais ser obedecida. Os movimentos sociais estavam proibidos de participar das etapas de planejamento, execução e avaliação dos cursos, seu papel estava restrito ao levantamento e encaminhamento de demandas ao INCRA.

Considerando o exposto nosso objeto de pesquisa é analisar qual é participação dos movimentos sociais do campo na materialização do PRONERA após a sua institucionalização. Os sujeitos do campo são coadjuvantes ou protagonistas do processo formativo?

2- **A desconstrução dos paradigmas e a ciência pós-moderna.**

A ciência moderna como se entende hoje, baseada em uma racionalidade matemática em um rigor metodológico que define a priori os resultados que se pretende chegar com uma pesquisa já não satisfaz aos anseios dos sujeitos, Kuhn (2006) observa em a “A revolução científica” que a rigidez dos paradigmas não consegue corresponder às necessidades dos sujeitos, pois estes são multidimensionais e a ciência moderna apresentava-se como algo muito fechado e segmentado. A proliferação de ramos da ciência com objetos de pesquisa e metodologias específicas não estavam conseguindo tratar dos males da humanidade, Gusdorf (1976) no prefácio do livro de Hamilton Japiassu aborda que a ciência está doente, pois nunca houve tantos cientistas especialistas em determinada área mas incapazes de tratar das pessoas como um todo.

Os sujeitos são multidimensionais, Hall (1999) aborda em a “A identidade Cultural na Pós-modernidade” que não podemos mais ver os sujeitos como centrados, estáveis. A dinâmica histórico-social provocou alterações identitárias nos sujeitos e está instabilidade deve ser considerada nas ciências. A necessidade de compreender o homem em sua totalidade é que impulsionou o que Kuhn chama de Crise da Ciência Moderna, pois na impossibilidade de responder aos anseios deste homem pós-moderno com os paradigmas existentes urge a necessidade de definição de novos paradigmas epistemológicos, mas esbarra-se em outras questões entre as quais como estabelecer paradigmas que considerem não somente aspectos objetivos, mas também a subjetividade dos sujeitos e garantir a cientificidade da pesquisa.

Frigotto (1995), nos diz que estamos no limiar de um novo começo, mas um começo que deve ter por princípio o conhecimento da totalidade, de um diálogo interdisciplinar. Este diálogo seria a orientação a ser seguida pelas ciências na atualidade, entretanto para Japiassu (1994) ainda há muito que se avançar, uma vez que não se trata de tentar resolver um problema por diversos olhares disciplinares, mas sim de acionar conhecimentos de múltiplas disciplinas para chegar a conclusões.

A pesquisa a que nós propomos enquadra-se nesta nova perspectiva paradigmática, uma vez que a definição das categorias de análise compreende não somente aspectos objetivos, mas também subjetivos, e acionarão conhecimentos das ciências políticas, sociologia, economia, história, direito entre outras que se fizerem necessário durante o processo de investigação. Uma vez que teremos que considerar diversos fatores que influenciam na efetivação do programa, não há como analisar uma política pública de maneira isolada, há que se mobilizar conhecimentos de diversas ciências.

3- Definição do método

De acordo com Hofling (2001) as políticas públicas compreendidas como “o Estado em ação” representam o Estado implantando um projeto de governo, sendo responsabilidade do Estado, mesmo que tenha sido construída em parceria com a sociedade civil. Assim pesquisar sobre políticas públicas educacionais para povos do campo implica em compreender as disputas que se travam entre os poderes na sociedade.

Assim, compreendemos que a abordagem materialista dialética seria a mais adequada para o que pretendemos analisar, uma vez que o materialismo dialético, base filosófica do marxismo, busca compreender os fenômenos naturais e sociais em termos da lógica dialética.

A lógica dialética distingue-se, ademais, da formal por ser aquela indispensável para compreender todos os acontecimentos em que o homem é simultaneamente o investigador e um dos elementos do problema investigado. A presença do homem impõe o emprego da razão dialética porque a compreensão do fenômeno humano, em si mesmo e em sua atuação sobre a realidade, pertence de direito à dialética. Esta é a ciência do processo universal da realidade, suas leis estão presentes no íntimo dos seres e dos acontecimentos, mas somente na reflexão humana se faz consciente de si. (VIEIRA PINTO, 1979, p. 186)

O materialismo histórico dialético destaca-se entre as abordagens qualitativas de pesquisa por basear-se não somente na empiria, mas na totalidade para buscar compreender os fenômenos,

para o materialismo histórico dialético, o mundo empírico é apenas e manifestação do fenômeno da realidade em suas definições exteriores, por isso é imprescindível compreender as contradições e mediações dos processos de mudanças sociais. Não há como discutir uma política pública como o PRONERA que foi gestada por um coletivo em um contexto de lutas emancipatórias de forma isolada, teoria e prática devem dialogar na construção do fazer científico, é o que se denomina práxis social.

O referencial metodológico a ser por nós adotado não é apenas uma orientação acerca dos métodos e instrumento por nós selecionados para coleta de dados, e sim o norteador de nossas pesquisas. Assim, ao nos propormos utilizar o materialismo histórico dialético nos permitimos atuar comprometidos com a realidade e, ao mesmo tempo promovermos o diálogo entre o sujeito de pesquisa e o elemento pesquisado. Este movimento, estas trocas corroboram com a superação do modelo positivista de fazer científico, uma vez que não se buscam mais verdades absolutas, mas maneiras de interpretar a realidade.

O pesquisador que opta por uma abordagem marxista deve compreender que muito mais que as considerações finais da pesquisa deve se ater ao processo de investigação, pois é na investigação com anuência dos envolvidos na ação que se deseja estudar que vão se delineando os problemas de pesquisa, é imprescindível ao investigador relatar o porquê e as circunstâncias das ações. Para o investigador qualitativo divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado. (BOGDAN; BIKLEN, 2005, p.48).

A pesquisa em uma perspectiva materialista histórica se concretiza portanto no firme objetivo de captar as representações, os significados, as vivências, enfim, as subjetividades dos sujeitos, assim é imprescindível nas pesquisas a descrição, a caracterização do objeto de estudo para a compreensão mais aprofundada deste.

A respeito da importância da descrição para compreensão dos estudos qualitativos Trivinos (1987) expressa:

Os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Por exemplo, se um pesquisador deseja pesquisar sobre os interesses de formação e aperfeiçoamento dos professores de uma comunidade, ele deve saber, *verbi gratia*, que existem regimes de trabalho, diferentes tipos de escolas, que os professores se diferenciam pela idade, sexo, estado civil etc. O estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade. (1987, p.110).

Associado a descrição e considerando o propósito de nossa pesquisa teremos a preocupação, que é anexa ao método em buscar na história e em teóricos argumentos que expliquem os conceitos

que trabalharemos em nossas observações, pois essa teoria que nos permitirá uma análise com mais propriedade dos fatos observados.

Trivinos (1987) ressalta a importância dessa investigação histórico-cultural para compreensão dos fatos em uma abordagem qualitativa:

A investigação histórico-estrutural, porém, aprecia o desenvolvimento do fenômeno não só em sua visão atual que marca apenas o início da análise, como também penetra em sua estrutura íntima, latente, inclusive não viável ou observável a simples observação ou reflexão, para descobrir suas relações e avançar no conhecimento de seus aspectos evolutivos, tratando de identificar as forças decisivas responsáveis por seu desenrolar característico. (1987, p. 129)

A preocupação do desenvolvimento da pesquisa em uma abordagem qualitativa não está na comprovação de hipóteses, ao contrário, a investigação estará centrada e refletida em questões norteadoras, do mesmo modo que as indagações levantadas foram respondidas por meio dos dados buscados no campo. Portanto, mediante a natureza do nosso objeto de estudo pretendemos com a pesquisa qualitativa, por via de suas técnicas e instrumentos de coleta de dados compreender a materialização do PRONERA enquanto política pública de Educação do Campo.

3.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa:

Considerando que nosso objeto de pesquisa é um programa de governo, e que por isso deve seguir orientações legais, sendo executado e fiscalizado por órgãos do governo que também tem seus ritos e procedimentos de avaliação entendemos ser importante para nosso trabalho à utilização da pesquisa documental e bibliográfica.

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias, Oliveira (2007). A pesquisa documental requer um maior cuidado do pesquisador porque os documentos ainda estão nesse estado primário, logo o tratamento inicial das informações é de responsabilidade dele que deve ser o mais objetivo possível na análise, tendo a cautela em não manipular os dados para validar sua hipótese investigativa.

Aspectos a ser considerar na utilização da pesquisa documental em um trabalho cuja abordagem é materialista dialética e não desprezar na análise dos documentos a identidade dos

autores e a situação de produção textual, uma vez que eles influenciam diretamente na produção textual, Cellard (2008) nos diz que “acredita ser bem difícil compreender os interesses (confessos, ou não!) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem eles se dirigem” (p.300).

Descrever a identidade do autor dos textos possibilita avaliar a credibilidade do texto, assim como relatar o porquê determinado documento foi produzido e em que situação são ações imprescindíveis à investigação é dão o caráter dialógico que pretendemos dar a pesquisa.

Num primeiro momento a pesquisa será concentrada nestes dois procedimentos, entretanto caso não consigamos ouvir as vozes de representações de todos os sujeitos envolvidos discutiremos junto ao orientador deste trabalho outros procedimentos a adotar para que as conclusões da pesquisa demonstrem como o PRONERA enquanto política pública é visto pelos sujeitos que atuam no programa, quer seja como executores, financiadores ou beneficiários.

4- Considerações Preliminares

Na pesquisa para a construção deste artigo podemos perceber diversas crítica a escolha da abordagem materialista histórico dialético para pesquisas sobre políticas educacionais, uma vez que o envolvimento do pesquisador com o tema pode fragilizar o resultado final, entretanto ao propormos a utilização desse método pretendemos compreender a política de educação do campo promovida pelo PRONERA em sua totalidade uma vez que se pretende dar voz a todos os sujeitos envolvidos no processo, promovendo por meio do diálogo entres essas vozes o entendimento de como está sendo construída a política e quem está sendo beneficiada por ela.

O materialismo histórico-dialético tem as credencias necessárias para se empreender criticas aos fenômenos educacionais motivados pelas políticas uma vez que conexões entre as particularidades dos sujeitos do campo e burocracia do Estado podem ser feita de maneira objetiva pelo pesquisador a partir do levantamento e análise dos dados empíricos, ao mesmo tempo em que ao analisarmos em uma perspectiva dialógica e histórica os dados coletados não desprezamos as interferências externas no processo.

A escolha do método também vem ao encontro dos propósitos do objeto de pesquisa e das categorias que pretendemos analisar: identidade, políticas públicas educacionais, protagonismo social e relações de poder.



Referências

ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Appolinário, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica** - 2ª Ed. Atlas, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998. Senado Federal, subsecretária de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. **Decreto 7352/2010**, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na reforma Agrária”.

BOGDAN, Robert & BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Porto Editora, 2005.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.;

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. tradução Klaus Brandini Gerhardt – São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CRUZ, Luzia Maria Cavalcante. **O PRONERA e a Gestão Participativa no Contexto do Curso de Jornalismo**. In: PRONERA: Experiências de gestão de uma Política Pública. São Paulo: Compacta Editora, 2015.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In. **Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito**. Petrópolis: Vozes. 1995. p. 25-49

GUSDORF, G. *Prefácio*. JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imagino, 1976.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós – Modernidade**. 6º. ed. Rio de Janeiro: DP&A.1999.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cad. CEDES* [online]. 2001, vol.21, n.55, pp.30-41. ISSN 0101-3262. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do Saber**. Rio de Janeiro: Imagino, 1976.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MEDEIROS, I.L.P.; LUCE, M.B. **Gestão Democrática na e da Educação: Concepções e vivências.** 2008 (digital)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de operações : Programa Nacional de Educação na reforma Agrária- PRONERA .** Brasília, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de operações : Programa Nacional de Educação na reforma Agrária- PRONERA .** Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de operações : Programa Nacional de Educação na reforma Agrária- PRONERA .** Brasília, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Manual de operações : Programa Nacional de Educação na reforma Agrária- PRONERA .** Brasília, 2016.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. **Manual de operações.** Brasília, 1998 a. Programa Nacional de Educação na reforma Agrária- PRONERA

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência: Problemas filosóficos da pesquisa científica.** 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. (Série Rumos da Cultura Moderna, 20; Coleção Pensamento Crítico, 7)

XAVIER, Maria do Socorro. **Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo.** Anped/GT Educação Popular, 2005.